

INSTITUTO DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS – IRELGOV

Curso sobre “Técnicas de Monitoramento Legislativo e Executivo (nacional e subnacional)”

1. Objetivo Geral

Capacitar os alunos para conduzir pesquisas legislativas de maneira estruturada, técnica e eficiente, abrangendo a identificação, o monitoramento e a análise de proposições e normas nos âmbitos federal, estadual e municipal. O conteúdo contempla a compreensão do fluxo procedimental do processo legislativo, bem como a utilização qualificada de fontes oficiais e bases de dados públicas para coleta, validação e sistematização das informações.

2. Professores

Mariana Guimarães Borborema de Sousa, cientista política e advogada, com mais de 20 anos de sólida trajetória na área de Relações Institucionais e Governamentais. Acumulou ampla experiência em renomados escritórios de advocacia e na área de Assuntos Corporativos da Philip Morris Brasil. Atualmente, exerce o mandato de Conselheira Jurídica do Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV). Como executiva sênior, liderou a área de Relações Governamentais da FSB Comunicação e suportou a estruturação e transição que resultou na fundação da Seta Public Affairs, empresa do grupo FSB Holding. Destaca-se pela atuação estratégica na gestão de portfólio de clientes, desenvolvimento e execução de campanhas de advocacy, articulação em debates regulatórios complexos, engajamento de stakeholders em múltiplas esferas, gestão de crises e liderança de equipes multidisciplinares.

Murilo Passarinho Mori, advogado e professor de processo legislativo, com sólida experiência em relações institucionais e atuação no Congresso Nacional por mais de 20 anos. Na iniciativa privada, liderou departamentos de RIG de multinacionais e grandes empresas dos setores de tecnologia e infraestrutura. Iniciou carreira com consultor político na Seta e graças ao seu tino foi alçado a Diretor de Estratégia Política e atuará transversalmente oferecendo a visão multisetorial aos projetos da carteira.

Andressa Romão, profissional focada em trabalhar na área política. Formada em Ciência Política e Relações Internacionais, com MBA em Relações Governamentais e Institucionais pelo Ibmecc. Iniciou a carreira em consultoria política atuando nos setores de agronegócios, saúde, infraestrutura e meio ambiente em nível federal, estadual e municipal. Na seara eleitoral, trabalhou em campanha política como assessora realizando análises de cenários políticos. Como voluntária, promoveu debates políticos nos projetos da entidade Café com Política. Atualmente, é consultora sênior na consultoria Seta Public Affairs atuando em diversos setores.

Eduardo Britto, cientista social formado pela Universidade de São Paulo (USP), é

profissional de relações governamentais há mais de uma década, atuando sempre em consultoria. Atualmente, é gerente na Seta Public Affairs, administrando uma carteira de clientes focada no setor de energia

3. Objetivos específicos do Curso

- Identificar e utilizar fontes oficiais de legislação.
- Desenvolver competências de pesquisa em bases de dados legislativas.
- Realizar pesquisa legislativa comparada e temática.
- Produzir relatórios técnicos de pesquisa legislativa.

Eixos principais:

- Introdução à processos legislativos - Murilo Passarinho Mori
- Técnicas de pesquisas federal - Andressa Romão e Eduardo Britto
- Técnicas de pesquisa E&M - Andressa Romão e Eduardo Britto

4. Carga Horária

Carga horária de 8 (oito) horas, distribuídas em quatro encontros, com aulas expositivas, debates e atividades práticas voltadas à aplicação dos conceitos estudados, incluindo a análise de estudos de caso e simulações de estratégias legislativas.

5. Data

Os encontros virtuais e ao vivo acontecerão nos dias 12, 19, 26 de março e 02 de abril de 2026, das 19h às 21h. O IRELGOV enviará o link de acesso às aulas com, até, 24 horas de antecedência por meio do e-mail cadastrado na inscrição..

6. Programação

Eixo 1: Introdução à processos legislativos - Murilo Passarinho Mori (Aula 1)

- Da apresentação da proposição à sanção/veto.
- Comissões Temáticas, CCJ, Relatoria e o papel das Mesas Diretoras.
- Tipos de Proposições e as diferenças práticas entre eles.

Eixo 2: Técnicas de Pesquisa Federal (Congresso Nacional) - Andressa Romão e Eduardo Britto (Aula 2)

- Navegando na Câmara dos Deputados e Senado Federal
- Uso avançado do sistema de busca da Câmara e do Senado.
- Pesquisa por Indexação: Como encontrar temas sem saber o número do projeto.
- Acompanhamento de Tramitação nas Comissões ao veto/sanção (DOU).
- Como extrair os dados para análise.

Eixo 2: Técnicas de Pesquisa Federal (Poder Executivo) - Andressa Romão e Eduardo Britto (Aula 3)

- Entendendo a estrutura do DOU - Seções 1 (Leis/Decretos), 2 (Nomeações) e 3

(Contratos/Editais).

- Onde e como monitorar a agenda de autoridade
- Consultas públicas e suas relevâncias no monitoramento.

Eixo 3: Técnicas de Pesquisa Estadual e Municipal - Andressa Romão e Eduardo Britto (aula 4)

- Os desafios de monitoramento em âmbito estadual
- Particularidades da pesquisa em sistemas das assembleias estaduais
- Como achar informações que não estão nos portais de transparência
- Sistemas de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL): ferramenta padrão do Interlegis para municípios.

7. Bibliografia

- O Processo Legislativo Brasileiro, de João Trindade Cavalcante Filho.
- Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como o regimento comum.
- Regimento Interno da Câmara dos Deputados Comentado, de Paulo Novais e Ruthier Silva.

8. Regras Para Certificação

Para receber o certificado de participação, o(a) inscrito(a) deverá cumprir os seguintes requisitos: • Participar ao vivo de pelo menos um (1) dos dois encontros programados; • Ter a presença registrada por meio da lista de entrada na sala virtual durante o período da aula; • Em caso de ausência em um dos encontros, assistir integralmente à gravação correspondente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o término do curso; • O acesso às gravações será disponibilizado exclusivamente aos participantes inscritos e por tempo determinado; e • O cumprimento dos critérios acima será condição obrigatória para a certificação.

Prazos e envios de Certificados

Os certificados serão emitidos e enviados em até 20 (vinte) dias úteis após a conclusão do curso e a verificação da participação conforme os critérios estabelecidos

Casos excepcionais

Situações imprevistas (como problemas técnicos ou de saúde) devem ser comunicadas à equipe do IRELGOV por e-mail no prazo máximo de 48 horas após o ocorrido. Esses casos serão analisados individualmente quanto à possibilidade de certificação.

9. Confirmação de Turmas e Reembolso

A realização dos cursos do IRELGOV está condicionada à formação de turma com número mínimo de participantes, conforme definido pela organização.

Caso o número mínimo não seja alcançado, o IRELGOV se compromete a informar os

inscritos com antecedência e a reembolsar integralmente os valores pagos, exceto eventuais taxas administrativas cobradas por plataformas de pagamento, que são de responsabilidade do usuário e não são retidas pelo Instituto.